



A “irresistibilidade” e a “inevitabilidade” das crenças naturais e o caráter normativo da epistemologia de Hume

Claudiney José de Sousa

Segundo Kemp Smith, na doutrina da crença natural de Hume algumas crenças fundamentais são irresistíveis e inevitáveis, uma espécie de regra imposta pela natureza sobre a mente humana. Hume teria defendido que essas crenças “devem ser aceitas” e que “não temos escolha quanto a isso; devemos simplesmente aceitá-las porque se impõem sobre nossa mente. Para Hume, “certas crenças ou julgamentos [...] se mostram naturais, inevitáveis, indispensáveis, e, por esta razão, estão fora do alcance de nossas dúvidas céticas” (Smith, 1966, 87 e 1905, 152). Com esta postura, Kemp Smith parece “não apenas atribuir a Hume uma teoria naturalista da mente e do comportamento, mas também dar uma resposta naturalista ao ceticismo, uma vez que enfatiza noções psicológicas tais como ‘irresistibilidade’ e ‘inevitabilidade’” (Loeb, 2002, 21).

A irresistibilidade, a inevitabilidade ou mesmo a indispensabilidade das crenças naturais surgem, na interpretação de Kemp Smith, como noções não-epistêmicas para a atribuição de valores normativos à epistemologia de Hume. Kemp Smith teria compreendido que o *status* justificacional de crenças fundamentais, na filosofia de Hume (crenças causais, crença na existência de corpos e na identidade pessoal), pode ser estabelecido sem referência a noções tradicionalmente conhecidas como “justificação”, “conhecimento”, “evidência” etc. Hume passa a apelar para conceitos psicológicos para estabelecer a avaliação e a escolha entre crenças. Contudo, contesta Loeb: “A interpretação de Kemp Smith não é capaz de explicar como algumas crenças irresistíveis podem falhar em ser justificadas” (Loeb, 1995, 111).

Avaliaremos a proposta de Kemp Smith e veremos como Loeb apresenta uma interpretação que preencheria esta lacuna deixada por Kemp Smith; uma concepção que esclarece por que a “irresistibilidade” ou a “inevitabilidade” não são condições suficientes para a justificação. Hume teria considerado, segundo Loeb, que “crenças irresistíveis não são justificadas quando resultam de *desequilíbrio* (ou talvez, quando resultam de mecanismos que tendem a produzir *desequilíbrio*)” (Loeb, 1995, 112, *itálico nosso*). Neste sentido, a sugestão de Loeb é de que uma análise mais adequada da teoria da justificação epistêmica em Hume deveria estar fundamentada em novos conceitos: basicamente “equilíbrio” e “estabilidade”.

Kemp Smith e a interpretação naturalista de Hume

Norman Kemp Smith (1872-1958) é considerado o primeiro e principal representante da interpretação naturalista da fi-

losofia de Hume. Desde o início do século XX publicou trabalhos contrapondo-se à antiga interpretação, a partir de um estudo cuidadoso do que ele chama “as doutrinas centrais da filosofia de Hume” (Smith, 1966). Seu estudo sugere que Hume teria sido o primeiro autor na história da filosofia a ter, efetivamente, abordado as questões filosóficas do ponto de vista naturalista, mostrando que, embora os traços dessa posição filosófica já estivessem presentes, desde o século XVIII, em seu pensamento, sua polêmica e controvertida filosofia teria favorecido uma interpretação puramente cética – principalmente de sua teoria da crença. A estratégia de Kemp Smith, para a defesa de suas teses sobre Hume, consiste em partir de um exame conjunto de suas obras, diferentemente do que se fizera anteriormente. Disso resultará uma forma original de se conceber a filosofia de Hume; embora tal leitura tenha sido ignorada durante quase toda a primeira metade do século XX, devido a uma forte resistência a alternativas contrárias à interpretação tradicional. Mesmo quando isso parecia possível no início do século XX, com a publicação do artigo “The Naturalism of Hume” (I e II) – em 1905 – (cujo pensamento é apresentado de forma mais completa em *The Philosophy of David Hume* de 1941) em que defende a nova concepção, seu pensamento continua obscurecido pelas interpretações da filosofia analítica nascente.

Norman Kemp Smith mostrou a necessidade de se promover uma mudança radical nas considerações sobre a filosofia de Hume, em especial sobre sua epistemologia. Sem desconsiderar absolutamente o lado cético de seu pensamento, Kemp Smith esclarece os motivos da insatisfação da antiga interpretação e lança um olhar crítico e inovador sobre a filosofia de Hume. Não procura apenas mostrar por que a filosofia de Hume parecia contraditória, enigmática e

paradoxal, mas também explicar a insatisfação de seus leitores tradicionais, que demonstravam ver suas expectativas frustradas com a leitura das obras daquele autor. Vários elementos comporão sua maneira de restituir ao pensamento de Hume a inteligibilidade até então requerida: i) a falta de clareza dos textos do próprio Hume; ii) interpretações que privilegiam uma ou outra de suas obras, sem considerá-las em conjunto; iii) o engano sobre as principais influências de seu pensamento; iv) o fato de que Hume não era apenas um continuador da tradição empirista inglesa, mas um filósofo original e revolucionário; v) o fato de Hume ter destruído o velho edifício do conhecimento, para construí-lo sobre novas bases; vi) o fato de muitos leitores desconsiderarem que não é impossível uma continuidade entre aspectos céticos e positivos em sua epistemologia; vii) que esse empreendimento também exige a elaboração de novos conceitos e/ou a completa redefinição de outros; viii) que a ciência empírica, para Hume, é apenas um modelo para a investigação filosófica – que continua sendo seu primeiro e principal objetivo. A consideração de todos esses elementos, em conjunto, permitirá a Kemp Smith visualizar um “novo Hume”.

A relação entre moral e epistemologia: a razão como “escrava das paixões”

Em seu estudo crítico, Kemp Smith percebeu que uma análise da epistemologia de Hume não deveria restringir-se à leitura da *Investigação* e do primeiro livro do *Tratado*. Robert Paul Wolff, em seu artigo “Hume’s Theory of Mental Activity”, de 1960, afirma que depois dos trabalhos de Kemp Smith se tem reconhecido que o *Tratado* de Hume é muito mais do que uma “enciclopédia do ceticismo”. Contudo, afirma o autor,

Ensaio sobre a filosofia de Hume

Há pouca clareza sobre quais eram, exatamente, suas respostas. Sem dúvida, a obscuridade da teoria positiva de Hume é devida, em parte, a seu estilo sutil e descontraído, livre de terminologias pesadas que, em outros trabalhos, preparam o leitor para um contato mínimo com uma teoria (Wolff, 1960, 99).

O trabalho crítico de Kemp Smith, sobre a filosofia de Hume, em especial sobre sua epistemologia, tem o mérito de esclarecer esses pontos obscuros, aos quais Wolff faz menção. Dadas as dificuldades inerentes à sua filosofia, somente uma leitura crítica tornaria possível encontrar aí um sistema coerente de pensamento

Kemp Smith pensa que a compreensão da epistemologia de Hume exigiria um confronto entre as obras sobre o conhecimento, a moral, a religião e, até mesmo, suas cartas e autobiografias. Em uma nota do artigo de 1905, ao comentar o fato de que para alguns intérpretes (por exemplo, Reid e Green), a filosofia de Hume deveria ser julgada somente pelo *Tratado*, Kemp Smith assume uma postura diferente e afirma que fará “uso da *Investigação* e também dos *Diálogos sobre a religião natural* quando eles derem sustentação às conclusões do *Tratado*. A filosofia de Hume, como exposta nesses três trabalhos, parece-me formar, como um todo, um sistema consistente” (Smith, 1905, 150). Quando insiste na influência que Hume teria recebido da filosofia moral de Hutcheson (para minimizar a noção de que ele fora influenciado apenas por Locke e Berkeley), afirma que a maioria das evidências, para esses argumentos, estaria em suas cartas, em que relata seu projeto filosófico de uma ciência da natureza humana. Há dois pontos essenciais a serem considerados, nessas cartas, e que dizem respeito às origens de uma nova e original forma de pensamento: i) suas afirmações de que se abria para ele um “novo cenário de

pensamento”; de que “desenvolveria o conhecimento sobre um fundamento quase inteiramente novo”. Para Kemp Smith, ele não poderia estar falando dessa maneira, caso isso significasse apenas levar a uma conclusão cética o empirismo de Locke e Berkeley; ii) quando fala de moral, nessa obra, concebe-a no sentido estrito do termo. Então, nada nos impediria de sustentar que “era em conexão com o tratamento dos problemas da moral que sua nova filosofia primeiramente começa a ser formulada em sua mente” (Smith, 1966, 17).

Essa leitura alternativa mostra que Hume não tinha apenas a tarefa de levar às últimas consequências a filosofia empirista de Locke e Berkeley (como enfatizavam, constantemente, Reid e Green), mas que tinha, também, outros compromissos, tão ou mais significativos que aquele. Seu pensamento seria influenciado, também, pela tradição que remonta, principalmente, à filosofia moral. Por isso, uma das questões que norteiam seu trabalho, em *The Philosophy of David Hume*, é mostrar que seria mais razoável explicar seu pensamento com base na influência de filósofos como Francis Hutcheson, Michel de Montaigne, Pierre Bayle, etc. que foram, antes de tudo, teóricos da moral. Essa leitura se ajustaria melhor à concepção naturalista pioneira de Hume.

Os aspectos centrais da nova interpretação de Hume, representada por Kemp Smith, poderiam ser resumidos da seguinte maneira: i) o pensamento de Hume constitui um sistema e este é coerente; ii) Hume não foi influenciado apenas pela tradição de pensamento representada por Locke e Berkeley – seu pensamento é muito mais do que a conclusão cética desta tradição; iii) sua teoria do conhecimento foi concebida posteriormente à sua teoria moral e inspirada por alguns de seus elementos centrais; portanto, ele possui uma nova e revolucionária teoria do conhecimento e da crença

(Smith, 1905 e 1966). Quanto a este último ponto Smith afirma que seu principal objetivo será mostrar “como Hume encontra, nos fatos da vida moral, confirmações convincentes de sua visão naturalista da razão e, assim, torna possível o desenvolvimento de uma teoria em completa harmonia com sua filosofia geral” (Smith, 1905, 335).

Vários indícios de que a teoria do conhecimento de Hume tem essa base moral são apresentados no prefácio de *The Philosophy of David Hume*, no qual Kemp Smith afirma que uma série de questões sobre a filosofia de Hume, como um todo, o incomodavam; resumidamente: i) por que, no primeiro livro do *Tratado*, a existência de uma impressão do ‘eu’ é negada, ao contrário do que teria ocorrido no segundo livro? ii) por que, ao tratar da associação de ideias, considera a causalidade uma lei independente e por que os exemplos que dá dessa operação são tomados de relações sociais? iii) por que, desde o início do *Tratado*, já parecia tão clara para o autor, não somente uma teoria do conhecimento, mas também uma teoria das paixões e da moral? (Smith, 1966, v).

Aquela que, como agora acredito, é a resposta para essas questões, que primeiramente me haviam ocorrido – é que foi através da porta de entrada da moral que Hume entrou em sua filosofia, e que, [...] os livros II e III do *Tratado* são datados como redigidos antes do trabalho das doutrinas tratadas no livro I. O que me levou a essas conclusões foi o reconhecimento, forçado por meu rigoroso estudo das partes sobre ética do *Tratado*, que a influência de Francis Hutcheson sobre Hume é de um alcance muito mais amplo do que até então se tem admitido (Smith, 1966, vi).

O pensamento de Hutcheson o teria despertado de suas controvérsias e o inserido no que ele chama de “novo

cenário de pensamento”. Em suas cartas, conforme mostra Kemp Smith, Hume também confirma isso ao dizer que sua filosofia teria se originado das preocupações com questões morais. Outra pista está na introdução do Tratado, quando cita aqueles que teriam sido seus predecessores em sua nova tarefa na filosofia: Locke, Mandeville, Shaftesbury, Hutcheson e Butler. Com exceção de Locke, todos os outros são filósofos morais.

“Irresistibilidade” e “inevitabilidade” das crenças naturais

Segundo Hume, algumas crenças (na causalidade, na existência dos corpos, identidade pessoal) são *naturais*, devido a instintos ou propensões últimas que constituem nossa natureza humana e que, por isso, não podem ser justificadas pela razão demonstrativa. Kemp Smith pensa que “a doutrina da crença natural é uma das mais essenciais e, talvez, a mais característica doutrina da filosofia de Hume” (Smith, 1966, 86). A chave de leitura para sua filosofia passa a ser a ideia de que a “crença natural ocupa o lugar do *insight* racional” (Smith, 1966, 102). Já no artigo de 1905 Kemp Smith afirma “que o estabelecimento de uma concepção puramente naturalista da natureza humana, pela completa subordinação da razão ao sentimento e ao instinto é o fator determinante na filosofia de Hume” (Smith, 1905, 150) – uma espécie de “epistemologia naturalizada”, para utilizar a terminologia mais recente. Por isso, um dos principais objetivos de Kemp Smith é mostrar que, na filosofia de Hume, “a razão é e deve ser apenas a escrava das paixões” (Smith, 1966, v).

Na doutrina da crença natural de Hume algumas crenças fundamentais são irresistíveis e inevitáveis, uma espécie de regra imposta pela natureza sobre a mente huma-

na. Hume teria defendido que essas crenças “devem ser aceitas” e que “não temos escolha quanto a isso; devemos simplesmente aceitá-las porque se impõem sobre nossa mente. Para Hume, “certas crenças ou julgamentos [...] se mostram naturais, inevitáveis, indispensáveis, e, por esta razão, estão fora do alcance de nossas dúvidas céticas” (Smith, 1966, 87 e 1905, 152). Várias passagens do *Tratado* e da *Investigação* legitimariam este pensamento. Vejamos algumas destas passagens:

A razão é e somente pode ser escrava das paixões e nunca pode almejar a qualquer outro papel senão o de servi-las e de obedecê-las. (T 2.3.3.4).

Crença é mais propriamente um ato da parte sensitiva que da parte cognitiva de nossa natureza. (T 1.4.1.8).

Felizmente, a natureza quebra a força de todos os argumentos céticos a tempo, impedindo-os de exercer qualquer influência considerável sobre o entendimento. (T 1.4.1.12).

Essa teoria naturalista da mente e do comportamento, segundo a interpretação de Kemp Smith, é também uma resposta naturalista ao ceticismo. A esse respeito, ele fará uso das noções psicológicas de “irresistibilidade” e “inevitabilidade”¹ (Loeb, 2002, 21; aspas do autor). Essas são noções não-epistêmicas para a atribuição de valores normativos à epistemologia. Isso significa que o *status* justificacional de crenças fundamentais pode ser estabelecido sem referência a noções tradicionais como “justificação”, “conhecimento”, “evidência”, etc. Em uma das principais passagens em que teria sugerido essa posição epistemológica frente à questão das crenças Hume afirma:

O cético continua a raciocinar e a crer, muito embora afirme ser incapaz de defender a razão pela razão. E, pela mesma regra, deve dar seu assentimento ao princípio concernente à existência dos corpos, embora não possa ter a pretensão de sustentar sua veracidade por meio de argumentos filosóficos. A natureza não deixou isso à sua escolha; sem dúvida, avaliou que se tratava de uma questão demasiadamente importante para ser confinada a nossos raciocínios e especulações incertos (T 1.4.2.1).

Segundo Kemp Smith, Hume defende que a crença natural se impõe sobre a mente de um modo que não admite ser questionada pelo cético (Smith, 1966, 455). A crença natural, em suas duas formas básicas (crença na existência contínua e independente de corpos e crença na dependência causal) deve, por isso mesmo, ser considerada irresistível. Segundo ele, todas as outras crenças gerais deveriam ser avaliadas por aquilo que, na epistemologia de Hume, poderíamos chamar “padrões fornecidos por experiências específicas” (Smith, 1966, 455). Esses padrões variam de indivíduos para indivíduos, e mesmo em situações individuais diferentes. Kemp Smith acredita que a falha da interpretação tradicional consiste em não reconhecer que “em todos os assuntos, a crença repousa apenas em causas, não na razão; e que, quando ela opera como crença *natural* – em suas duas formas básicas [...], ela condiciona todas as nossas outras visões, e não pode, portanto, repousar em qualquer evidência” (Smith, 1966, 486). Desse modo, as dúvidas céticas serviriam, principalmente, para revelar a irresistível influência das crenças naturais em nossa própria mente. Tese parecida é defendida por Fogelin no artigo “A tendência do ceticismo de Hume”, quando trata de nossas crenças cotidianas fundamentais, contudo, dando ênfase ao aspecto cético dessa filosofia. Neste artigo, Fogelin propõe

um confronto entre ceticismo e naturalismo na filosofia de Hume (principalmente a partir da noção de razão) e ressalta, assim como fizera Kemp Smith, que

Dúvidas céticas, não importa quão intensas, não rivalizam com as crenças que voltam a nós quando retornamos para a vida diária, mas nem todas as crenças anteriores à nossa catarse pirrônica têm uma tendência similar a ser restabelecida. Aquelas, por exemplo, que são os produtos da mera educação, doutrinação, moda e assim por diante, não se imporão inexoravelmente a nós. Por essa razão, exercícios pirrônicos terão uma tendência a refrear o *entusiasmo* que Hume tanto desprezava (Fogelin, 2007, 108).

Isso mostra, afirma Fogelin, que “o ceticismo e o naturalismo de Hume se encontram numa teoria causal do próprio ceticismo” (Fogelin, 2007, 117). Já Kemp Smith, no artigo de 1905, ao comentar o fato de que não temos nenhum conhecimento racional ou empírico da ação causal, afirma: “aqui novamente é um cego e poderoso instinto que, apesar de todas as evidências, inclina *irresistivelmente* a mente para esta crença” (Smith, 1905, 161; *itálico nosso*). Mais adiante, no texto, volta a enfatizar que “felizmente, é devido a um *irresistível* instinto que somos levados a espalhar (ou, talvez, “expandir” ou “espraçar”) a mente (*spread ourselves*) a objetos externos e a atribuir a eles uma impressão interna que ocasionam em nós” (Smith, 1905, 162).

Equilíbrio e estabilidade epistêmica: a crítica de Loeb a Kemp Smith

Assim como Kemp Smith, Louis E. Loeb defende a existência de uma teoria da justificação epistêmica em Hume, mas

procura fazê-lo a partir das abordagens da psicologia da imaginação apresentadas no *Tratado* (sobretudo entre as seções 9 e 13 da terceira parte do primeiro livro). Assim como Kemp Smith, ele pretende extrair uma teoria da justificação epistêmica da psicologia humeana e elaborar uma teoria naturalista da justificação, mostrando que Hume teria sido razoavelmente bem-sucedido no estabelecimento de distinções entre crenças (justificadas e não justificadas). Uma análise de nossos mecanismos de formação de crenças revelaria o que Loeb chama de “tendência [...] a produzir *estabilidade psicológica* nas crenças (Loeb, 2002, viii; itálicos nossos). O trabalho de Loeb envolve não apenas a análise e interpretação dos textos de Hume, mas também uma espécie de desenvolvimento e correção da *interpretação de Kemp Smith*² (Loeb, 1995, 111-112 e 2002, 20-27). No entanto, para Loeb “a interpretação de Kemp Smith não é capaz de explicar como algumas crenças irresistíveis podem deixar de ser justificadas. As noções de “irresistibilidade” e “inevitabilidade” não são condições suficientes nem necessárias para a justificação. O próprio Hume teria considerado que “crenças irresistíveis não são justificadas quando resultam de *desequilíbrio* (ou talvez, quando resultam de mecanismos que tendem a produzir *desequilíbrio*)” (Loeb, 1995, 112, itálico nosso). A sugestão de Loeb é de que uma análise mais adequada da teoria da justificação epistêmica de Hume deveria estar fundamentada em novos conceitos: basicamente ‘equilíbrio’ e ‘estabilidade’.

Eu concordo com Kemp Smith que estas propriedades são, em grande medida, psicológicas. Para Kemp Smith, entretanto, a propriedade básica é a *irresistibilidade*; em minha interpretação é a *estabilidade*. Esta diferença é importante (Loeb, 2002, 22).

Kemp Smith não explica por que devemos aceitar crenças irresistíveis e inevitáveis nem explica a força normativa dos julgamentos epistêmicos. Já a interpretação de Loeb afirma que “Hume não apenas delimita classes de crenças que devemos aceitar em termos naturalistas, mas também provê uma explicação positiva de nossas obrigações (*obligations*) epistêmicas para aceitá-las – com referência ao desejo de aliviar o *desconforto*” (Loeb, 2002, 22; itálicos nossos). Por exemplo, crenças baseadas em superstição são naturais, mas não são *legítimas*. Em T 1.4.4.1 Hume atesta isso ao afirmar que

A pessoa que conclui que há alguém por perto, quando houve no escuro uma voz articulada, raciocina de maneira *correta e natural*; embora tal conclusão derive apenas do costume, que fixa e dá mais vida à ideia de uma criatura humana, em virtude de sua conjunção usual com a impressão presente. Mas a pessoa que, sem saber por que, é atormentada pelo temor de espectros na escuridão, desta também podemos dizer, talvez, que está raciocinando, e *raciocinando de uma maneira natural*; mas, neste caso, deve ser no mesmo sentido em que dizemos que uma doença é natural – porque deriva de causas naturais, apesar de ser contrária à saúde, que é a situação mais agradável e mais natural do homem (T 1.4.4.1).

Segundo Loeb, Hume teria defendido a ideia de que diante de estados de desconforto, buscamos estados doxásticos que são estáveis. A atribuição de valor a estes estados doxásticos teria um fundamento naturalista. “Para Hume, a obrigação epistêmica é naturalizada uma vez que deriva da força motivacional de sentir desconforto em condições doxásticas instáveis” (Loeb, 2002, 22). Loeb explica sua interpretação da seguinte maneira:

Estabilidade é uma propriedade disposicional, a tendência de um estado doxástico para permanecer estável, sem mudança. Dois tipos amplos de instabilidade são de interesse para Hume. Primeiro, há a instabilidade de um estado doxástico devido exclusivamente a características dos mecanismos que produzem ou sustentam o estado [...] (alguns mudam abruptamente; em outros não há fixidez; alguns são fixos, mas tem tendência a mudar gradualmente), segundo, há a instabilidade de um estado doxástico próprio do desequilíbrio no conjunto dos estados doxásticos do qual ela é um membro (Loeb, 1995, 101-102).

Segundo Loeb, na filosofia de Hume “tanto a obrigação epistêmica quanto a obrigação moral derivam da motivação na forma de tipos particulares de sentir *desconforto e satisfação*” (Loeb, 2002, 23; itálicos nossos). Os mecanismos de formação de crenças não-justificados produzem crenças conflitantes que, por sua vez, geram desconforto. Daí a noção de que há uma *motivação positiva* para aceitar *mecanismos estáveis* que produzem *conforto e alívio* das tensões psicológicas. Kemp Smith não teria explicado essas origens nem as avaliações epistêmicas em casos particulares, por isso a irresistibilidade não seria condição nem necessária nem suficiente para a justificação das crenças. Não é condição necessária porque Hume mostra que há crenças que são estáveis, mas não são irresistíveis.³ A irresistibilidade também não é condição suficiente porque Hume mostra que há crenças que são irresistíveis, mas não são justificadas.⁴

Loeb lembra ainda que há mecanismos de formação de crença que podem gerar estados de crenças mais ou menos fixos e estáveis (percepção, memória, ficção, imaginação etc.). Estes mecanismos podem tanto produzir quanto sustentar estes estados. Por outro lado, os próprios estados doxásticos podem gerar equilíbrio ou desequilíbrio.

Por isso Loeb afirma que “um estado doxástico que sofre de falta de fixidez não merece ser chamado de uma *crença*. Ele (Hume) pensa, de certa forma, que um estado doxástico (seja ou não qualificado como uma *crença*) que sofre de desequilíbrio, não merece ser chamado *justificado*” (Loeb, 1995, 102). Contudo, há uma tensão em sua tentativa de estabelecer estas noções. Haveria avaliações ambivalentes e mesmo contraditórias no nível das distinções normativas pré-teóricas. Daí também a dificuldade de se estabelecer uma teoria da justificação inteiramente articulada conforme poderíamos encontrar em outros autores. Se Hume abandona as distinções, como pode sustentar uma teoria da justificação? A resposta de Loeb é que Hume desenvolve uma noção de justificação baseada na estabilidade, embora não consiga descrevê-la dentro de uma teoria totalmente articulada (Loeb, 1995, 103). Contudo, isso não compromete nem inviabiliza sua teoria naturalista da justificação das crenças. É apenas uma teoria menos exigente, elaborada de acordo com as reais limitações do sujeito cognoscente.

Conclusão

As discussões anteriores mostram que Hume tem um compromisso com distinções epistêmicas em suas obras. Um caso exemplar seria o apelo de Hume a “regras gerais”: “crenças de segunda ordem que servem para desestabilizar ou para estabilizar sistemas de crenças de primeira ordem” (Loeb, 1995, 103). Em uma das passagens mais significativas sobre esse ponto Hume afirma:

De acordo com meu sistema, todo raciocínio é apenas efeito do costume; e o único efeito do costume é avivar a imaginação, produzindo em nós uma concepção forte de um determinado

objeto. Pode-se, portanto, concluir que nosso juízo e nossa imaginação nunca podem ser contrários, e que a ação do costume sobre essa última faculdade é incapaz de fazê-la opor-se à primeira. A única forma de se eliminar essa dificuldade é admitir a influência de regras gerais (T 1.3.13.11).

A noção de ‘regras gerais’ em Hume ilustraria seu compromisso com a normatividade epistêmica. Outro elemento que ilustra esse compromisso é sua preocupação em fazer distinções entre mecanismos de formação de crença com base em graus de evidência (por exemplo, sua distinção entre provas e probabilidades).

Essas e outras distinções feitas por Hume em vários momentos do *Tratado* refletiriam seus compromissos epistemológicos pré-teóricos e sua tentativa de mostrar como sua teoria poderia explicar esses compromissos, apesar de não podermos atingir um *total equilíbrio* em nossas crenças (o que talvez fosse o ideal da concepção apriorista, mas não parece ser o de Hume). Segundo a filosofia humeana nossas crenças estão irremediavelmente sujeitas a contradições que geram *desequilíbrio*. Diferentemente da concepção apriorista, sua noção de justificação agora estará atrelada a um outro propósito: a busca por *equilíbrio* diante do conflito das faculdades ou diante das inevitáveis contradições geradas pelos mecanismos de formação de crenças. Hume parece diminuir suas exigências quanto à justificação e a normatividade para colocá-las no nível dos sujeitos epistêmicos reais, com suas limitações cognitivas reais. A busca por equilíbrio e estabilidade das crenças e a escolha daquelas que são mais aptas para a condução da vida e ação é um princípio da natureza humana. Diante do *desconforto* gerado pelo conflito de crenças, os sujeitos humanos tendem naturalmente à busca por *alívio, conforto e tranquilidade* em seus julgamentos (estabilidade psicológica).

REFERÊNCIAS

- FOGELIN, R. J. A tendência do ceticismo de Hume. Tradução de Plínio Junqueira Smith. *Sképsis*, I (1): 99-118, 2007.
- HUME, D. *A Treatise of Human Nature*. D. F. Norton and M. J. Norton (eds.), Oxford: 2005. |T|
- HUME, David. *Tratado da natureza humana*. Tradução de Débora Danowski. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.
- LENZ, J. W. Hume's Defense of Causal Inference. *Journal of the History of Ideas*. 19 (4), 559-67. 1966.
- LOEB, L. E. Hume on stability, Justification, and Unphilosophical Probability. *Journal of the History of Philosophy*. 33 (1): 1995, 101-32.
- LOEB, L. E. *Stability and Justification in Hume's Treatise*. Oxford. Oxford University Press, 2002.
- MONTEIRO, J. P. "Hume on Singular Experiences" (translated by Michael Wrigley), *Manuscrito*, 20 (2):1997, 123-144.
- SMITH, N. K. The Naturalism of Hume. *Mind* (14): 149-73 and 335-47, 1905.
- SMITH, N. K. *The Philosophy of David Hume: a Critical Study of its Origins and Central Doctrines*. New York: St. Martin's Press, 1966 (1941).
- SMITH, P. J. *O Ceticismo de Hume*. São Paulo: Loyola, 1995.
- STRAWSON, P. F. *Skepticism and Naturalism: Some Varieties*, Columbia University Press: New York, 1985.
- STROUD, B. *Hume*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1977.
- STROUD, B. Hume's Scepticism: Natural Instincts and Philosophical Reflection. *Philosophical Topics* 19 (10): 271-91, 1991.
- WOLFF, R. P. Hume's Theory of Mental Activity. In.: *The Philosophical Review* 69, 1960.

Notas

1. Kemp Smith parece não ter utilizado exatamente as expressões “irresistibilidade” e “inevitabilidade”, para fazer referência à esta imposição da natureza sobre a mente humana. Sabemos que ele usa expressões como ‘inevitável’, indispensável’ (Smith, 1966, 87, 455 e 1905, 152) e, às vezes, “irresistível instinto” (1905, 162). A ênfase àqueles conceitos é dada, principalmente, por Loeb, para caracterizar o que ele chama de propriedades não epistêmicas para avaliação e escolha de crenças, em Kemp Smith. Loeb levanta sérias dúvidas sobre o alcance destas propriedades como condição suficiente e necessária para avaliação de crenças. Propõe a substituição da irresistibilidade e da inevitabilidade pelas novas propriedades não-epistêmicas da estabilidade, do equilíbrio e da fixidez (Loeb, 2002, 20-27 e 1995, 101-32).
- 2 A primeira referência a esta expressão, no texto de Loeb, aparece em itálico porque o autor faz questão de destacar que ela abrange a interpretação de outros autores, que também defendem uma postura parecida; são os casos de John Lenz (1966), P. F. Strawson (1985) e Barry Stroud (1977 e 1991) que adotam versões daquela teoria.
- 3 Por exemplo, quando admite que o costume pode produzir expectativas sobre questões de fato não observadas com base em uma única observação (T 1.3.8.14). Hume explica que isso é possível por conta das crenças de segunda ordem; crenças de ordem superior que sustentam crenças baseadas em casos singulares, por isso coloca a condição: “contanto que este seja feito criteriosamente e após uma cuidadosa exclusão de todas as circunstâncias estranhas e supérfluas” (T 1.3.8.14). Veja detalhes do problema da inferência com base em experiência singulares em Monteiro (1997).
- 4 Por exemplo, quando afirma que há julgamentos que sofrem variações nos graus de confiança ou variações no sentimento devido à simpatia etc. (T 1.3.13.8-9, T 1.4.3.11).